

Emendas reduzem Orçamento

20 OUT 1998

Carmen Kozak

A Comissão Mista de Orçamento recebeu 2.680 emendas à proposta orçamentária do Governo para o ano que vem. A maioria delas trata da "Operação Remonte", que consiste na devolução dos recursos perdidos pelos órgãos atingidos pela "Operação Desmonte", como o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural (Emater). Os relatores dos anexos terão até o dia 8 de novembro para concluir seus pareceres, que serão encaminhados ao relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

O restante das emendas trata basicamente de dois assuntos: a redução dos gastos do Governo e pro-

postas eleitoreiras — as "emendas palanque". Apesar de terem comemorado com entusiasmo a descentralização dos poderes aprovada pela Constituinte, os parlamentares aproveitaram a Comissão de Orçamento para marcar pontos junto ao eleitorado às vésperas das eleições. Com isso, não são poucas as emendas que transferem recursos para a construção de rodovias vicinais, escolas técnicas e eletrificação em cidades que representam bases eleitorais dos autores da proposta.

Recorde

A secretaria da Comissão ainda não tem o cálculo de quantas emendas foram apresentadas individualmente por parlamentar. Até

agora, sabe-se que um dos recordistas é o deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), com 70 emendas. O vice-presidente da Comissão, deputado César Maia (PDT-RJ), não ficou atrás. Acredita-se que ele tenha apresentado mais de 40 emendas reduzindo, na maioria dos casos, os gastos da União.

Depois de um estudo detalhado da proposta orçamentária da União, César Maia — favorável à Operação Desmonte — conseguiu reduzir Cz\$ 1,3 trilhão dos Cz\$ 10 trilhões previstos para os gastos da União. O principal alvo de seus cortes são as verbas destinadas à Presidência da República e ministérios do Planejamento e da Fazenda em programas paralelos aos das pastas, como subsídios para agricultura, irrigação ou mutirões ha-

bitacionais. Além disso, o deputado carioca acaba com a reserva de contingência, que no Orçamento mereceu Cz\$ 150 bilhões. Justifica que essas verbas destinadas à subsídios de emergência só deverão ser liberadas quando existir um fato gerador, mediante pedido do Presidente da República ao Congresso Nacional.

Apesar de ter sido o único parlamentar a acabar com a reserva de contingência — que, em tese, existe para suprir gastos com calamidades públicas — a idéia de César Maia foi aproveitada em parte por quase todos os congressistas. A "Operação Remonte" e as "emendas palanque" são financiadas, basicamente, pelos recursos originalmente destinados à reserva de contingência.

JORNAL DE BRASILIA